



ICMBio

INSTITUTO CHICO MENDES
MMA

CARTILHA DE EMENDAS
PARLAMENTARES

2022



Cartilha Parlamentar
**Instituto Chico Mendes de
Conservação da Biodiversidade**

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro do Meio Ambiente

Joaquim Alvaro Pereira Leite

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Marcos de Castro Simanovic

Chefe de Gabinete

Mariana Bulat

Coordenador Substituto de Relações Institucionais- CRI

Rafael Barbosa Chagas

Diretor de Planejamento, Administração e Logística- DIPLAN

Gustavo Rodrigues

Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação- DIMAN

Cibele Munhoz

Diretora de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em UCs- DISAT

Nolita Almeida Cortizo

Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade- DIBIO

Marcos Aurélio Venâncio

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Coordenação de Relações Institucionais

Rafael Barbosa Chagas – Coordenador Substituto

Equipe Colaboradora

Tatiana Rezende Rosa

Suesley Lins

Victor Bispo

Sarah Fernandes

Larissa Araújo de Carvalho

Equipe de Arte e Diagramação- Coordenação de Comunicação Social

Mariana Oliveira

SUMÁRIO

Apresentação

7

MAIS DE UMA REGIÃO

8

Levantamento aéreo, acústico, telemetria satelital e biópsias para avaliar a saúde, o uso de áreas e rotas migratórias da Baleia-Franca-Austral e da Toninha abrangendo UCs Federais na região do Litoral Sul e Sudeste do Brasil

9

CENTRO-OESTE, NORTE E NORDESTE

12

Programa de Pesquisas para a Conservação e Sustentabilidade em Unidades de Conservação Federais da Amazônia

13

MINAS GERAIS, BAHIA

15

Prevenção e Combate a Incêndios Florestais

16

CENTRO OESTE, SUDESTE E NORDESTE E SUL

22

Cursos de capacitação para implementação dos Protocolos de Gestão de Seguranças e Planos de Ação Emergência da Portaria de Gestão de Segurança em de 12 Unidades de Conservação Federais

17

NORTE E NORDESTE

23

25

Fortalecimento das organizações sociais e das atividades produtivas e ou econômicas sustentáveis de comunidades tradicionais beneficiárias das Reservas Extrativistas Federais nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins	26
NORDESTE, NORTE E CENTRO OESTE	28
Implementação do Monitoramento Comunitário de avistamento de peixe-boi em vida livre em Unidades de Conservação Federais que identificaram ocorrência da espécie	29
NORDESTE, NORTE, CENTRO OESTE, SUL E SUDESTE	31
Elaboração de Plano de Manejo de Unidades de Conservação instituídas pela União	32
NORDESTE E NORTE	34
Instalação de sistemas de geração de energia fotovoltaicos, nas 44 bases de campo, de apoio a gestão das UC's vinculadas a GR1/NORTE	35
Instalação de sistemas de geração de energia fotovoltaicos, nas 44 bases de campo, de apoio a gestão das UC's vinculadas a GR1/NORTE	37
Criação de um Centro de Treinamento em Pesquisa e Manejo das Tartarugas Marinhas no RN, remobilização das Bases Avançadas do Centro TAMAR em Fernando de Noronha e da Base Avançada das Grandes UC Oceânicas na Grande Natal, RN	39
Levantamento/diagnóstico ocupacional da RESEX Extremo Norte do Estado do Tocantins e da RESEX Mata Grande	41

TODAS AS REGIÕES

	43
Elaboração e implementação de Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção – PANs	
	44
Desenvolver e operacionalizar uma plataforma digital de acesso público permanente, gratuito e equitativo a dados, informações e conhecimentos dispersos em diversas fontes públicas e privadas de dados e informações sobre temas relacionados à sociobiodiversidade associada a povos e comunidades tradicionais e unidades de conservação	
	46
Aperfeiçoar o processo de criação de unidades de conservação federais através da avaliação e desenvolvimento da capacidade de governança territorial dos povos tradicionais que vivem em unidades de conservação de uso sustentável e em áreas propostas para criação de unidades de conservação. Pretende-se que a avaliação desses dois universos possibilite a melhoria da qualidade de vida, o aumento da efetividade da conservação, aprimore o uso sustentável nessas áreas, aumente a prestação de serviços ambientais e propicie a inserção economicamente das cadeias produtivas desses povos no mercado	
	48
Ampliar a quantidade de PRIMs que abarque outras tipologias de empreendimento, ampliando o uso da ferramenta e reduzindo o risco dos impactos sobre as espécies sensíveis tanto da fauna quanto da flora. Instalação de sistemas de geração de energia fotovoltaicos, nas 44 bases de campo, de apoio a gestão das UC's vinculadas a GR1/NORTE	
	50
Implementação do Programa Permanente de Capacitação em Fiscalização Ambiental	
	52
Renovação do armamento dos agentes de fiscalização do ICMBio	
	54

APRESENTAÇÃO

Senhores Parlamentares,

A Cartilha de emendas parlamentares do ICMBio tem por objetivo apresentar as propostas prioritárias identificadas pelo corpo técnico do Instituto para a conservação e melhor gestão das Unidades de Conservação federais que possam receber apoio de emendas parlamentares.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio é uma autarquia em regime especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, responsável pela gestão de unidades de conservação federais (UCs) conservação da biodiversidade.

As UC, por sua vez, são espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos. Assim, são definidas como UC, por exemplo, Parque Nacional (PN) do Iguaçu, o PN de Lençóis Maranhenses, PN de Jericoacoara, Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha.

Atualmente, gerenciamos 334 UC. Essa área corresponde a 9,1% do território continental brasileiro e 24,4 % de áreas marinhas.

Para isso, atuamos definindo planos de gestão da área, desenvolvemos turismo ecológico, pesquisa e monitoramento, ações de educação ambiental, bioeconomia na região e ações de fiscalização visando a proteção e conservação desses espaços.

Nessa jornada que é preservar as UC, apresentam-se inúmeros desafios e oportunidades que estão traduzidas neste caderno de emendas que apresentamos aos senhores.

Desejamos que faça uma boa leitura e encontre uma oportunidade para contribuir com a nossa agenda.

Marcos de Castro Simanovic
Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

SUDESTE E SUL

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE- ICMBio

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DISPONÍVEIS PARA EMENDAS PARLAMENTARES

Levantamento aéreo, acústico, telemetria satelital e biópsias para avaliar a saúde, o uso de áreas e rotas migratórias da Baleia-Franca-Austral e da Toninha abrangendo UCs Federais na região do Litoral Sul e Sudeste do Brasil

● **Atividades previstas:**

Os levantamentos aéreo, acústico e telemetria satelital avaliarão o uso de áreas e rotas migratórias de duas espécies de cetáceos ameaçadas de extinção, a Baleia-Franca-Austral e a Toninha ao longo do litoral Sul e Sudeste do Brasil, abrangendo diversas UCs Federais da região. Voos utilizando Veículos Aéreos Não-Tripulados (VANTs ou drones) serão realizados para o levantamento aéreo, gravações subaquáticas para levantamento acústico, e marcação de animais para obtenção de dados através de telemetria satelital. Já o levantamento de saúde acontecerá por meio de coleta de material biológico para biópsias em análises genéticas, patológicas, entre outras.

● **Finalidade da Emenda:**

Avaliação dos movimentos e uso de habitat da Baleia-Franca-Austral e da Toninha ao longo da costa Sul e Sudeste do Brasil, abrangendo UCs Federais, usando tecnologias de monitoramento aéreo, acústico e telemetria satelital, bem como avaliação da saúde dos animais por meio da realização de biópsias e análises genéticas. As informações geradas irão subsidiar ações para gestão e implementação das UCs, bem como para a conservação das espécies, que estão ameaçadas de extinção.

● **Descrição da Execução da Emenda:**

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na obtenção de equipamentos fundamentais e custeio para a realização desse diagnóstico para essas duas espécies de cetáceos ameaçadas de extinção, a Baleia-Franca-Austral e a Toninha.

● **Justificativa para apresentação da Emenda:**

As Baleias-Franca-Austral eram abundantes na costa do Brasil, onde eram encontradas durante o período reprodutivo no inverno e na primavera. No período colonial (pré-1850) a distribuição da espécie se estendia da Bahia (~12oS) até o Rio Grande do Sul (35oS). Porém, após a depleção pela caça em combinação com o desenvolvimento humano, a espécie jamais preocupou suas áreas históricas. No entanto, as áreas de maior concentração são o sul e sudeste. A população atual (cerca de 500 indivíduos) é apenas uma pequena fração do tamanho pré-exploratório. O declínio populacional severo é atribuído à caça comercial. No entanto, uma vez que a espécie está protegida há quase 75 anos, a ausência de recuperação e ocupação de habitats históricos têm sido relacionadas a outros fatores, como emalhe em redes de pesca e impactos à sua área de ocupação. A Baleia-Franca está listada como uma espécie ameaçada pelo governo do Brasil (ICMBio e IBAMA) e é considerada prioridade de pesquisa e conservação por várias organizações internacionais como a CIB e a IUCN (International Union for the Conservation of Nature). O desenvolvimento de atividades humanas em águas costeiras, incluindo o aumento de ações da indústria, tráfego de embarcações, poluição sonora, e a construção de portos são consideradas ameaças potenciais à recuperação da espécie.

Por esta razão, uma avaliação adequada do uso de habitat pela espécie, rotas migratórias e sua saúde é essencial para assegurar o desenvolvimento sustentável das atividades humanas com o mínimo de impacto para esta população. A Toninha, por sua vez, também listada como ameaçada pelo governo do Brasil e organizações internacionais, têm sua distribuição ao longo do litoral Sul e Sudeste do Brasil, ocupando áreas estuarinas e costeiras, mas também podem ser avistadas em menor frequência em maiores profundidades. As principais ameaças que a espécie enfrenta são a captura acidental por atividade pesqueira e destruição de seu hábitat, normalmente regiões fortemente antropizadas. Desse modo, compreender a área de ocupação da espécie e seus movimentos, bem como fatores de saúde são essenciais para o desenvolvimento de ações de manejo e conservação, além do acompanhamento de medidas que já se encontram em vigor. Estudos de acústica em cetáceos têm sido aplicados para a obtenção de parâmetros ecológicos populacionais e tem potencial de definir padrões das espécies. Alguns resultados apontam que grupos de cetáceos são de 1 a 10 vezes mais detectados com o uso de acústica quando comparada a monitoramento visual. O uso de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs ou drones), por sua vez, promove uma metodologia sensorial remota de alta resolução e flexibilidade operacional, e seu uso também tem se popularizado no monitoramento de mamíferos marinhos. Além disso, o campo de visão, posição da câmera e baixos impactos sonoros de drones favorecem as coletas de informações, pois elimina as limitações das observações tradicionais. O monitoramento aéreo por drones também possibilita análises de parâmetros ecológicos, e tem potencial de facilitar o entendimento sobre o comportamento das espécies. Já a telemetria satelital possibilitará o entendimento mais aprofundado de rotas migratórias e áreas críticas de ocupação das espécies. Associada aos demais métodos de levantamento, a avaliação da saúde por meio de biópsias com coleta de material biológico possibilitará um melhor entendimento da ecologia das espécies, bem como sua genética, entre outros fatores, como patologias e contaminação.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 - Custeio GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 3.200.000,00 (Três milhões e duzentos mil reais)

CENTRO-OESTE, NORTE E NORDESTE

Programa de Pesquisas para a Conservação e Sustentabilidade em Unidades de Conservação Federais da Amazônia.

● Atividades previstas:

Atividades de pesquisa e monitoramento dos impactos da mudança do clima e de atividades antrópicas sobre a biodiversidade e as comunidades tradicionais associadas às unidades de conservação federais da Amazônia.

● Finalidade da Emenda:

Estruturar um programa de pesquisas, conduzido pelos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio, voltado à avaliação dos impactos da mudança do clima e de atividades antrópicas sobre a biodiversidade e as comunidades tradicionais associadas às unidades de conservação federais da Amazônia.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada pelo ICMBio, sendo os recursos administrados por fundação de apoio técnico científico a projetos, que será contratada conforme Instrução Normativa ICMBio n. 18/2018.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

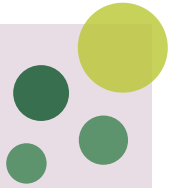
Desmatamento ilegal, agricultura e pecuária, caça predatória, incêndios florestais, mineração, instalação de hidrelétricas, dentre outras, são atividades que impactam cada vez mais o bioma Amazônia, sua biodiversidade, bem como os povos tradicionais locais e seus modos de vida.

Somando-se às pressões e impactos resultantes do uso do solo e dos recursos do bioma, os efeitos das mudanças climáticas são um grande desafio para a conservação da maior floresta tropical do mundo e todo o patrimônio genético e conhecimento tradicional associado.

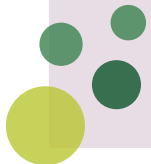
Atualmente o ICMBio é responsável pela gestão de 133 unidades de conservação federais na Amazônia; o que corresponde a 638.324,61 km² e a 15,14% da área total do bioma no Brasil (dados do CNUC/MMA) – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação). É um desafio grandioso buscar a conservação e a proteção permanente das unidades de conservação federais que da Amazônia brasileira, diante da carência de informações e de conhecimento acerca dos impactos resultantes do uso do solo e dos recursos do bioma, e dos efeitos das mudanças climáticas sobre a biodiversidade da Amazônia e sobre a sustentabilidade dos recursos necessários às populações tradicionais locais.

Dentre as finalidades do ICMBio, estabelecidas pela Lei nº 11.516 de 28 de agosto de 2007, está a atribuição de fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade. Nesse contexto, o Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão da Informação do ICMBio (PEP-ICMBio), que norteia a pesquisa e a gestão do conhecimento na Instituição, apresenta os conhecimentos-chave prioritários para a implementação das estratégias de conservação de biomas conduzidas pelo ICMBio, através da gestão das unidades de conservação e das estratégias de proteção e preservação da fauna ameaçada de extinção.

Tendo em vistas as pesquisas prioritárias necessárias à implementação das estratégias de conservação nas UCs do Bioma Amazônia, apontadas no PEP-ICMBio, a presente proposta pretende estruturar um programa de pesquisas, conduzido pelos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio, voltado à avaliação dos impactos da mudança do clima e de atividades antrópicas sobre a biodiversidade e as comunidades tradicionais associadas às unidades de conservação federais da Amazônia.



Ação Orçamentária	20WN – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WN – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Localizador	-
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 – CUSTEIO
Valor Referência	R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)



MINAS GERAIS, BAHIA

Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.

• Atividades previstas:

Aquisição de veículos, equipamentos e ferramentas

Veículos	Descrição	Qtde	Valores
Caminhonetes Novas	Mitsubishi L200 Triton Savana GLS AT 4x4 – 2022, completa com capota marítima e Santo Antônio.	06	1.800.000,00
Trator para combate de Incêndios	<p>Características Gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Potência nominal (ISO TR 14396 * 1.400 rpm): Mínima de 100 cv e máxima de 125 cv; - Torque máximo: Mínimo de 380 Nm; - Potência na TDP: Mínima de 85 cv e máxima de 115 cv; - Número de cilindros: 04; - Capacidade: Mínimo de 4.400 cm³; - Aspiração: Turbo intercooler; - Sistema de injeção de combustível: Eletrônico; - Combustível: Biodiesel; - Capacidade do tanque de combustível: Mínimo de 170 L; - Transmissão: Sincronizada 12x12 ou 16x16 ou 24x24; - Reversor: Eletro-hidráulico; - Embreagem: Multidisco em banho de óleo; - Eixos: Dianteiro: TDA e traseiro: flange; - Acionamento: eletro-hidráulico; 		

- Redução final: epicíclica;
- Bloqueio do diferencial eletro-hidráulico;
- Freios: Disco em banho de óleo e com acionamento hidráulico;
- Estacionamento: mecânico;
- Tomada de Potência: Eletro-hidráulica;
- Rotação (nominal): 540 rpm ou 540E rpm ou 1.000 rpm;
- Sistema Hidráulico (NBR 13145): Independente;
- Bomba: engrenagem ou pistão;
- Pressão máxima de trabalho: 200 bar +/- 5;
- Vazão máxima na bomba: mínimo de 44,5 l/min e máxima de 100 l/min;
- Número de válvulas de controle remoto: 02 ou 03;
- Capacidade de levante no olhal: mínima de 3.600 kfg;
- Controle de levante: eletrônico;
- Sistema de Direção: Hidrostática.
- Pneus: Traseiro: 18.4 - 34 R1 e dianteiro: 14.9 - 24 R1.
- Conforto do Operador: Plataformado.
- Dimensões: Comprimento total: máximo de 4.570 mm;
- Distância entre eixos: máximo 2.500 mm;
- Altura total: máximo de 2.800 mm;
- Largura total: máximo de 2.100 mm;
- Peso (sem operador): máximo de 7.150 kg.

Acessórios:

- Pá Agrícola Modulada com Lâmina Lisa (não denteada):
- Sistema hidráulico com tubulação interna;
- Acoplamento com sistema de troca rápida compatível com o trator;
- Capacidade: mínimo de 600 m³;
- Largura: mínimo de 1.600 mm;
- Altura de levante: conforme modelo do trator e o pneu a ser utilizado;
- Modelo: novo.
- Roçadeira de Arrasto com Cardan:
- Sistema de trava de segurança para transporte rápido;
- Sistema de regulagem de altura fácil;
- Caixa de proteção para o eixo cardan;
- Acessórios: frisos de fixação para evitar deslocamento da roçadeira;
- Peso: máximo de 2.000 kg;
- Número de facas em aço: 04;
- Altura do corte: mínimo de 100 mm e máximo de 400 mm;
- Largura do corte: mínimo de 4,5 m e máximo de 6,1 m.
- Modelo: novo.
- Plaina Traseira Reversível:

- Sistema de inclinação vertical e horizontal;
- Acoplamento com sistema de troca rápida compatível com o trator;
- Peso: máximo de 325 kg;
- Largura de corte: mínimo de 2.200 mm máximo de 2.400 mm.;
- Altura da lâmina: mínimo de 380 mm e máximo 490 mm;
- Deve conter a regulagem de ângulo da lâmina.

Sistema de Radiocomunicação	Descrição	Unidade	Preço Unitário
	Locação de RÁDIO PORTÁTIL DIGITAL VHF/FM HAND TALK.	Unidade/Locação por Mês	R\$ 129,00
	Aquisição de REPETIDORA MÓVEL VHF/FM TIPO CASE.	Unidade/Aquisição	R\$ 79.500,00
	Aquisição de CARREGADOR PORTÁTIL DE BATERIA ESTACIONÁRIA.	Unidade/Aquisição	R\$ 1.930,00
	Total		81.559,00

Equipamentos, Ferramentas, Materiais e Insumos para manutenção de aceiros, trilhas, etc.	Descrição	Qtde	Valores
	Gerador de Energia à Gasolina 4T Partida Elétrica Bivolt	1	R\$ 5.000,00
	Soprador Costal à gasolina Stihl Br600	4	R\$ 16.000,00
	Motosserra Stihl MS 260	1	R\$ 4.000,00
	Motosserra Stihl MS 382	1	R\$ 6.000,00
	Motosserra Stihl MS 661	1	R\$ 7.000,00
	Roçadeira Stihl FS 380	4	R\$ 20.000,00
	Furadeira de Bancada 5/8 Pol. 550W	1	R\$ 1.000,00
	Furadeira elétrica	2	R\$ 1.000,00
	Jogo de Broca Bits e Soquetes para furadeira	2	R\$ 600,00
	Parafusadeira/Furadeira à Bateria 18V com 2 Baterias 2,0 Ah e Carregador 2	2	R\$ 2.000,00
	Serra circular manual	1	R\$ 700,00
	Serra mármore 1500W	1	R\$ 500,00
	Motoesmeril 400w	1	R\$ 500,00
	Tupia de coluna 1100W	1	R\$ 1.000,00
	Jogo fresa para tupia	1	R\$ 400,00
	Maletas de Ferramentas Tramontina Pro 43 Peças	4	R\$ 3.300,00
	Cisterna 5.000 litros	4	R\$ 20.000,00
	Bomba Submersa Vibratórias 450W	4	R\$ 2.000,00
	Desmontadora Superbox pneumática Eberlin modelo RunFlat	1	R\$ 10.000,00
	Macaco hidráulico tipo Jacaré 3T	1	R\$ 2.000,00
	Lavadora Industrial Lava Jato Alta pressão 320 Libras com Motor e Mangueira	2	R\$ 4.800,00
	Bomba Manual para Graxa com Reservatório	3	R\$ 1.200,00
	Compressor de ar calibrador Portátil Makita 18v Dmp180 C/ Bateria e carregador	3	R\$ 3.000,00
	Total		112.000,00

Sinalização dos limites do Parque Nacional Grande Sertão Veredas para tornar os limites da unidade	Descrição	Qtde	Valores
	Placas de sinalização modelo ICMBio.	40	R\$ 24.000,00
Total Geral	R\$ 2.367.559,00		

• Finalidade da Emenda:

Atender às demandas de veículos, equipamentos e ferramentas necessárias para prevenção e combate a Incêndios Florestais de forma eficiente no Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional Grande Sertão Veredas conta com 231.000 ha de Cerrado em bom estado de conservação e sofre com a incidência frequente de incêndios florestais que impacta sua vegetação, a rica fauna do Cerrado e as águas de suas veredas. Esse projeto tem a finalidade de atender demandas básicas quanto a equipamentos e insumos necessários para a boa e plena operação de combate ao fogo no parque. necendo cerca de 43% da água subsuperficial e superficial do Brasil (STRASSBURG et al., 2017). Entretanto, nas últimas décadas, a biodiversidade presente nestas áreas encontra-se fortemente ameaçada pela ocorrência de incêndios florestais.

O uso do fogo pelo homem remonta aos primórdios da história humana, constituindo-se em um dos elementos decisivos para a consolidação das civilizações antigas. Neste sentido, o fogo tornou-se uma ferramenta essencial no processo de sedentarização e colonização de ambi

Ação Orçamentária	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.125.6014.214P
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	125 – Normatização e Fiscalização
Programa	6014 – Prevenção e Controle do Desmatamento e do Incêndio nos Biomas
Ação	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R \$2.367.559,00 (Dois milhões, trezentos e sessenta e sete mil e quinhentos e cinquenta e nove reais).

CENTRO OESTE, SUDESTE E NORDESTE E SUL

Cursos de capacitação para implementação dos Protocolos de Gestão de Seguranças e Planos de Ação Emergência da Portaria de Gestão de Segurança em de 12 Unidades de Conservação Federais

• Atividades previstas:

Contratação de consultoria especializada em gestão de segurança em ambientes naturais para capacitação de servidores visando a implementação da gestão de segurança da visitação nas Unidades de Conservação (12 parques nacionais) citadas.

• Finalidade da Emenda:

Implementar a Portaria institucional do ICMBio de Gestão de Segurança da Visitação por meio da elaboração do protocolo de gestão de segurança da visitação para os parques nacionais prioritários.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto, com inclusão de diárias e passagens para os servidores participantes das 12 Unidades supracitadas.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Considerando o objetivo de propiciar condições favoráveis a recreação em contato com a natureza, o turismo ecológico e promover a educação e interpretação ambiental, a presente proposta de emenda parlamentar tem como objetivo a elaboração e implementação do instrumento normativo relacionado a Gestão de Segurança da visitação no âmbito das unidades de conservação federais.

Com o crescimento da visitação nas unidades de conservação federais e o desenvolvimento de diversas atividades de visitação fez-se necessário a implementação e normatizações para o regramentos de atividades mais seguras e buscando ordenar as práticas, a promoção do conhecimentos para a gestão da segurança em Unidades de Conservação, visando a melhoria do desenvolvimento das atividades na natureza e a segurança dos visitantes e também para dos prestadores de serviços de apoio à visitação, que o fazem por meio de permissão, autorização ou concessão.

A capacitação em gestão de segurança da visitação decorre da necessidade de se garantir uma experiência mais segura para os visitantes das unidades de conservação federais, geridas pelo ICMBio, além de auxiliar o gestor destas UC na elaboração e implementação de protocolos de gestão de segurança.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WN – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – ORÇAMENTÁRIO (custeio Diárias e Passagens)
Valor Referência	R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)

NORTE E NORDESTE

Fortalecimento das organizações sociais e das atividades produtivas e ou econômicas sustentáveis de comunidades tradicionais beneficiárias das Reservas Extrativistas Federais nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins

• Atividades previstas:

- A. Atualizar os diagnósticos socioeconômico e produtivo das Unidades de Conservação selecionadas;
- B. Promover o fortalecimento das organizações sociais com ênfase na capacitação em gestão de empreendimentos, programas de crédito, políticas públicas dentre outros.
- C. Realizar atividades de formação e capacitação, incluindo intercâmbio de agentes comunitários e atores chave, nas principais atividades produtivas e ou econômicas sustentáveis.
- D. Produção e Publicação de materiais didáticos contendo as iniciativas realizadas;

• Finalidade da Emenda:

Realizar capacitações para o fortalecimento das organizações sociais e das atividades produtivas e ou econômicas sustentáveis de comunidades tradicionais beneficiárias das Reservas Extrativistas Federais nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins a partir dos estudos realizados pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados com execução direta: como pagamento de diárias e passagens ou com a contratação de pessoas jurídicas especializadas, mediante certame, para a execução do objeto, tais como: contratação de empresas para execução de serviços gráficos, contratação de empresa para desenvolvimento de sistemas, contratação de empresas para eventos etc.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Situado em um enclave de importantes biomas brasileiros, a sub-região Meio Norte é uma faixa transicional com predominância de Mata dos Cocais, ocorrência de Floresta Amazônica a oeste do Maranhão, o semiárido da Caatinga a leste e a presença de Cerrado ao sul. Além disso, é reconhecida por sua diversidade cultural e socioeconômica, o que a eleva como um verdadeiro patrimônio imaterial, cabendo destaque nas ações conservacionistas.

A geodiversidade regional integrada a um conjunto de elementos relacionados à sociobiodiversidade, conferem enorme potencial produtivo para as atividades econômicas dos povos tradicionais. Neste contexto, as Reservas Extrativistas foram criadas para conciliar as práticas socioeconômicas destas populações à conservação da biodiversidade, gerando alternativas de renda e assegurando direitos constitucionais básicos às presentes e futuras gerações.

As RESEX foram introduzidas pela Lei 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e teve sua regulamentação pelo Decreto Federal nº 4.340/02. Esta modalidade de Unidade de Conservação (UC) permite o uso de produtos e subprodutos naturais, o desenvolvimento da agricultura familiar, pequenas criações domésticas com a consequente diversificação das atividades econômicas e distribuição de renda. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), foi sancionada pelo Decreto Federal nº 6.040/2007 e estabelece eixos estruturantes para o fortalecimento do extrativismo nas Unidades de Conservação Federais: i) acesso ao território; ii) inclusão social; iii) inclusão produtiva; iv) infraestrutura.

Atualmente, alguns dos principais entraves das Reservas Extrativistas são: a gestão e manejo das áreas; implementação e o acesso a políticas públicas de desenvolvimento sustentável e a estruturação de atividades produtivas para o empoderamento socioeconômico destas comunidades tradicionais. Portanto, é necessário o investimento em ações de acesso aos serviços e políticas públicas às comunidades tradicionais para que configurem um ganho real às mesmas e possam refletir nas ações de conservação das unidades de conservação.

O melhoramento da atividade produtiva em comunidades tradicionais como os quilombolas, pescadores, extrativistas e agricultores familiares, está relacionado ao desenvolvimento de uma assessoria técnica junto a estas comunidades, através de treinamentos que contemplem práticas de Agroecologia, bem como o incremento de tecnologias de baixo impacto. Para tanto, é necessário a elaboração de um diagnóstico socioambiental que identifique as necessidades locais para o direcionamento das ações, pois as comunidades estão inseridas em contextos distintos.

Atividades complementares, como a produção de mel e própolis, uso de espécies consorciadas com alternância de produção por estação, aumentam a rentabilidade produtiva, garantindo a exploração sustentável da terra durante todo o ano. Estas medidas aumentam possibilidades de conservação pois asseguram às populações tradicionais fontes de renda sustentáveis, tornando-os atores fundamentais em ações para recuperação de áreas.

O cumprimento dos acordos e tratados internacionais de combate ao desmatamento, à redução de emissões de carbono e de proteção à biodiversidade, cujo Brasil é signatário, passa por políticas de fomento e respeito às atividades econômicas de populações tradicionais, bem como de sua cultura. Apoiar comunidades tradicionais e empoderá-las economicamente, assegura a sua qualidade de vida e reduz a pressão antrópica sobre esta região de relevante interesse para a conservação.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 – CUSTEIO GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.700.000,00 (Um milhão e setecentos mil reais)

NORDESTE, NORTE E CENTRO OESTE

Implementação do Monitoramento Comunitário de avistamento de peixe-boi em vida livre em Unidades de Conservação Federais que identificaram ocorrência da espécie

• Atividades previstas:

- a) Mapear o uso do habitat por peixes bois marinhos a partir de avistagens realizadas por comunitários, principalmente pescadores e pescadoras, durante a realização de suas atividades rotineiras no interior da UC;
- b) Identificar flutuações sazonais ou ao longo dos anos na frequência das avistagens e no padrão de uso do habitat;
- c) Familiarizar membros das comunidades com o uso de mapas e estratégias diversificadas de monitoramento de forma acessível a pessoas com limitações a leitura e escrita;
- d) Instigar a participação de jovens comunitários como monitores através do uso de tecnologias pelo celular;
- e) Inserir as comunidades de usuários e beneficiários conservação Unidade de C abrangida no processo de conservação dos peixes-bois.
- f) Contribuir para a avaliação da eficácia da gestão das unidades de conservação federais para a conservação dos peixes-boi marinhos.

• Finalidade da Emenda:

Desenvolver e aplicar o protocolo de monitoramento comunitário de avistamento de peixe-boi em vida livre para potencializar a proteção da espécie ameaçada e elevar na estatística brasileira o número de indivíduos existentes, promovendo ciclo de capacitações e levantamentos nas UCS que possuem ocorrência da espécie.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados no custeio das ações e na obtenção de equipamentos fundamentais para a estruturação do projeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

De acordo com a Estratégia Integrada de Monitoramento Marinho Costeiro – Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio – Programa Monitora: subprograma Marinho Costeiro, os protocolos de monitoramento da biodiversidade devem ser de longa duração e devem ser construídos de forma participativa, possuir uma base comunitária. Os protocolos devem ser ainda de baixo custo, relativamente simples de executar e possuir capacidade de replicação para outras Unidades e regiões.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 – CUSTEIO GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)

**NORDESTE, NORTE, CENTRO OESTE, SUL E
SUDESTE**

Elaboração de Plano de Manejo de Unidades de Conservação instituídas pela União.

• Atividades previstas

A elaboração do plano de manejo de unidades de conservação instituídas pela União prevê a realização de Oficina com participação de diferentes atores, e a contratação de diversos serviços que irão facilitar a realização dela, tais como hospedagem, alimentação, relatoria, gráfica, entre outros.

• Finalidade da Emenda:

Elaborar o plano de manejo de unidades de conservação instituídas pela União.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo Instituto Chico Mendes. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoas jurídicas especializadas, mediante certame, para a execução das diferentes necessidades para a realização da Oficina, etapas preparatórias ou etapas finais do processo de elaboração de plano de manejo. Além de pagamento de diárias e passagens.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Conforme a Lei nº 9.985/2000, em seu art. 27, “As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo”. Atualmente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade gerencia 334 unidades de conservação, das quais 222 possuem planos de manejo.

Com a publicação da Instrução Normativa ICMBio nº 07/2018, bem como do Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais, além do estabelecimento de “diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão dos planos de manejo de unidades de conservação federais”, reforçou-se a “necessidade de planejamento das UC em nível estratégico e o estabelecimento de abordagem objetiva e unificada, para que as UC de diferentes categorias tenham seus planos de manejo com mesma linguagem e padrão de qualidade, amparados no princípio do manejo adaptativo e possibilitando sua elaboração e revisão por meio de procedimentos mais eficientes em termos de tempo e custos”. Assim, foi possível produzir uma lista padronizada de normas aplicáveis (para serem avaliadas e discutidas nos processos de elaboração de cada plano de manejo) e uma proposta uniformizada de zonas de manejo.

A publicação do plano de manejo, além de ser uma exigência legal, é um instrumento de planejamento fundamental para efetiva implementação das unidades de conservação, possibilitando ampla divulgação da área protegida, bem como de suas normas e zoneamento.

Atualmente, uma das dificuldades apresentadas para elaboração deste planejamento é a disponibilidade de recursos orçamentários suficientes para que o Instituto possa cumprir com esta atribuição.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 – CUSTEIO
Valor Referência	R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais)

NORDESTE E NORTE

Instalação de sistemas de geração de energia fotovoltaicos, nas 44 bases de campo, de apoio a gestão das UC's vinculadas a GR1/NORTE.

• Atividades previstas

Aquisição e Instalação de sistemas de geração de energia fotovoltaicos nas bases de campo, de apoio a gestão das UC's vinculadas a GR1/NORTE.

• Finalidade da Emenda:

Proporcionar a aquisição e Instalação de sistemas de geração de energia fotovoltaica nas bases de campo de apoio a gestão das UC's vinculadas a GR1/NORTE.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados para aquisição e instalação de sistemas de geração de energia fotovoltaicos nas bases de campo de apoio à gestão das UC's vinculadas a GR1/NORTE, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Atualmente, segundo levantamento realizado no mês 08/2020, existem 44 bases de campo de apoio a gestão das UC's vinculadas a GR1/NORTE, sendo destas, a seguinte configuração de fornecimento de energia elétrica: 5 bases já têm sistemas fotovoltaicos em operação; 10 bases estão ligadas na rede de transmissão de energia elétrica; 26 bases utilizem grupo geradores movidos à combustível, e 3 bases não tem, qualquer fornecimento de energia elétrica. De forma resumida, a funcionalidade de uma base de campo com disponibilidade de energia elétrica é incomparável a uma base não eletrificada, são muitos os ganhos, desde a possibilidade da conservação de alimentos, à utilização das tecnologias de comunicação, instrumentos de trabalho, bombeamento de água potável, iluminação noturna, entre tantos outros benefícios. Nesse contexto, são inúmeras as justificativas relacionadas a necessidade de disponibilidade de energia elétrica nas bases de campo de apoio à gestão das UC's, lembrando que atualmente três bases sequer tem qualquer aparato de fornecimento de energia elétrica.

Os custos de manutenção dos sistemas de geração local, movidos a combustível, são extremamente elevados.

Fundamental destacar que essas 44 bases e campo de apoio a gestão das UC's, em sua grande maioria desenvolvem importante trabalho de fiscalização e proteção territorial, são bases alocadas em pontos estratégicos para consolidação territorial da UC's, e os elevados ruídos emitidos pelos sistemas de geração movidos combustão, dificultam as ações de fiscalização, visto que as equipes de fiscais não conseguem escutar a movimentação ao entorno das bases, fator esse que reforça a necessidade de sistemas de fornecimento de energia elétrica que não emitam ruídos, como por exemplo os sistemas fotovoltaicos. Outro fator importante a ser destacado, está relacionado à poluição sonora e ambiental, gerada no interior de áreas protegidas, das mais diversas categorias e níveis de restrição de uso, como Parques Nacionais; Reservas Biológicas; Estações Ecológicas e etc. Ocasionalmente o afugentamento da fauna, incômodo ao turista, entre outros. Relevante frisar os dados relacionados a poluição atmosférica, visto que a queima de 1 litro de óleo diesel lança no ambiente 2,799 KgCO₂, e o consumo mensal de 5 mil litros para o funcionamento das 26 bases que utilizam grupos geradores movidos a óleo diesel, o ICMBio emite 14.000KgCO₂ / mês na atmosfera apenas para eletrificação dessas 26 bases de campo.

Ação Orçamentária	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.125.6014.214P
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	125 – Normatização e Fiscalização
Programa	6014 – Prevenção e Controle do Desmatamento e do Incêndio nos Biomas
Ação	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – ORÇAMENTÁRIO (custeio Diárias e Passagens)
Valor Referência	R\$ 3.200.000,00 (Três milhões e duzentos mil reais)

Instalação de sistemas de rádio comunicação nas 44 Bases de campo de apoio à gestão das Unidades de Conservação vinculadas a GR 1 Norte

• Atividades previstas

Aquisição e Instalação de sistemas de comunicação via rádios HF nas bases de campo, de apoio a gestão das Unidades de Conservação vinculadas a GR1/NORTE.

• Finalidade da Emenda:

Proporcionar a aquisição e instalação de sistemas de comunicação via rádios HF nas bases de campo e demais estruturas de apoio à gestão das Unidades de Conservação vinculadas a GR1/NORTE.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados para aquisição e instalação de sistemas de comunicação via rádios HF nas bases de campo e demais estruturas de apoio à gestão das Unidades de Conservação vinculadas a GR1/NORTE, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Atualmente, segundo levantamento realizado no mês 08/2020, existem 44 bases de campo de apoio a gestão das Unidades de Conservação vinculadas a GR1/NORTE, divididas em 16 Unidades de Conservação, sendo destas, a seguinte configuração da existência de sistemas de comunicação via rádio:

- a) 11 bases já têm sistemas de comunicação via Rádios HF em operação, porém necessitam de melhora;
- b) 5 bases estão em processo de instalação de sistemas de comunicação via Rádios HF, com equipamentos usados, proveniente de doação de outras bases;
- c) 28 bases não têm sistemas de comunicação via Rádios HF
- d) Além das bases de campo de apoio a gestão das UC's, mais 21 sedes de NGI's ou UC's necessitariam da instalação de sistemas de comunicação via Rádio HF, para efetiva comunicação com as bases de campo.

De forma resumida, a funcionalidade de uma base de campo com disponibilidade de sistema de comunicação é incomparável a uma base isolada, sem comunicação. São muitos os ganhos, com ênfase ao apoio às ações de fiscalização e proteção, geralmente atividades essas inerentes a riscos, e a funcionalidade de um sistema de comunicação pode ser fator limitante para salvar vidas, desde a comunicação rotineira, para envio de suprimentos, alimentação e combustível as bases. Nesse contexto, são inúmeras as justificativas relacionadas a necessidade de disponibilidade de sistemas de comunicação nas bases de campo de apoio à gestão das UC's.

Importante destacar que cada sistema de comunicação via rádio apresenta características e funcionalidades próprias, as quais estão relacionadas com o sistema de propagação de ondas utilizado pelo conjunto. Atualmente os sistemas de rádio mais utilizados no mundo, operam em três diferentes faixas, alta frequência - HF, muito alta frequência - VHF e ultra alta frequência – UHF.

Os custos de manutenção dos sistemas de comunicação via Rádio são fatores decisivos para escolha do conjunto mais adequado, que satisfaça a necessidade do demandante HF, e VHF, sendo os sistemas HF apresentam baixíssima manutenção, não onerando custos posteriores a instalação desses rádios ao ICMBio. Fundamental destacar que essas 44 bases e campo de apoio a gestão das Unidades de Conservação, em sua grande maioria desenvolvem importante trabalho de fiscalização e proteção territorial, são bases alocadas em pontos estratégicos para consolidação territorial das UC's, e uma rede de comunicação efetiva entre essas bases, interligando-as entre si, e as sedes das unidades, sedes dos NGI's, as bases avançadas da GR1 - Manaus, Porto Velho e Belém, além da sede da GR1/Norte em Santarém, deverá fortalecer a rede de comunicação do ICMBio, trazendo melhorias em diversos campos da gestão.

Ação Orçamentária	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.125.6014.214P
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	125 – Normatização e Fiscalização
Programa	6014 – Prevenção e Controle do Desmatamento e do Incêndio nos Biomas
Ação	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – ORÇAMENTÁRIO (custeio Diárias e Passagens)
Valor Referência	R\$ 2.200.000,00 (Dois milhões e duzentos mil reais)

Criação de um Centro de Treinamento em Pesquisa e Manejo das Tartarugas Marinhas no RN, remobilização das Bases Avançadas do Centro TAMAR em Fernando de Noronha e da Base Avançada das Grandes UC Oceânicas na Grande Natal, RN.

• Atividades previstas

Remobilização das Bases Avançadas do Centro TAMAR-ICMBio em Fernando Noronha, PE, com aquisição de equipamentos, manutenção das estruturas de apoio, instalação de módulos de geração de energia solar em 3 edificações, reforma e ampliação de abrigo de campo, aquisição de equipamentos para pesquisa marinha, instalação e aquisição de equipamentos para implantação da Base Avançada das Grandes UC na Grande Natal, RN. Serão realizadas ainda, 3 expedições marinhas para SPSP, Trindade e Fernando de Noronha com embarcações fretadas.

• Finalidade da Emenda:

Remobilização das Bases Avançadas do Centro TAMAR-ICMBio em Fernando Noronha, PE, e implantação da Base Avançada das Grandes UC na Grande Natal, RN.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto, bem como na liberação de PCSF, diárias e passagens de servidores, pesquisadores e colaboradores.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Centro de Pesquisa e Conservação das Tartarugas Marinhas da Biodiversidade Marinha do Leste – TAMAR-ICMBio é um dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio, e é vinculado à Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO). Foi criado em 1989 ainda quando o TAMAR era ligado ao IBDF.

Os trabalhos de conservação, proteção e pesquisa das tartarugas marinhas em Fernando de Noronha se iniciaram em 1984. O imóvel que abriga a Base Avançada foi construído em 1988.

Os trabalhos de conservação realizados pelo Centro Tamar em Fernando de Noronha foram as primeiras iniciativas para a conservação marinha do arquipélago. Em 1986 foi criada a APA de Fernando de Noronha e em 1988 o Parque Nacional Marinho.

Fernando de Noronha é um local propício ao treinamento e capacitação de estudantes e pesquisadores em temas relacionados às tartarugas marinhas. A estruturação da base permitirá manter um posto avançado como um grande laboratório natural para a conservação e pesquisa das tartarugas marinhas em ambiente natural.

A base avançada necessita de investimentos e aquisição de equipamentos para proporcionar boas condições nos trabalhos realizados em campo e no ambiente marinho através do mergulho livre e autônomo.

O Núcleo de Apoio às Pesquisas no continente abrigará em regime de parceria a recentemente criada Base Avançada das Grandes Unidades de Conservação Oceânicas, em parceria com o Centro TAMAR e o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno. A estruturação da Base permitirá o monitoramento da frota pesqueira pelas Grandes UC Oceânicas e a realização de inúmeras pesquisas com as tartarugas marinhas que desovam nas praias da Barreira do Inferno, além de manter na integralidade as informações acerca da conservação destas espécies no litoral, bem como a interação com a frota pesqueira Industrial.

Além das pesquisas em campo, serão consolidadas as duas bases como totalmente autossustentável em termos de geração de energia própria, com unidade de geração distribuída e com veículos elétricos em busca da economicidade e custo zero ao meio ambiente e o orçamento do governo federal.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 - INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais)

Levantamento/diagnóstico ocupacional da RESEX Extremo Norte do Estado do Tocantins e da RESEX Mata Grande.

• Atividades previstas

Contratação de Consultoria para realizar levantamento/diagnóstico ocupacional

• Finalidade da Emenda:

Contratar consultoria técnica especializada para realizar o levantamento/diagnóstico ocupacional das propriedades que compõe a malha fundiária das RESEX Extremo Norte do Estado do Tocantins e da RESEX Mata Grande, identificando os imóveis, confeccionando relatório fundiário completo, com levantamento cartorial e de campo, mapas e imagens georreferenciadas, com vistas a iniciar a regularização fundiária destas UCs.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Imperatriz, vinculado à Gerência Regional Nordeste, instituído pela portaria DOU 438, de 11 de maio de 2020, fica sediado em Imperatriz-MA, na Rua Rafael Almeida Ribeiro, 580, Bairro São Salvador, CEP: 65.916- 193, integra as Unidades de Conservação: RESEX do Ciriaco, RESEX Extremo Norte do Estado do Tocantins e RESEX Mata Grande. As três RESEX ocupam a região conhecida como “bico do papagaio”, foram criadas em uma área com grande concentração de palmeiras do babaçu, na fronteira dos Estados do Maranhão e do Tocantins. Sua criação tem o propósito de conservar o meio ambiente e de garantir o uso desse espaço para as populações tradicionais, no caso, buscar atender aos anseios das quebradeiras de coco babaçu da região tocantina por meio da criação das Reservas Extrativistas protetoras das palmeiras de babaçu e dos modos de vida das quebradeiras de coco babaçu. Todavia, ainda existem propriedades, sobrepostas a área da Unidade de Conservação, que não passaram por processo de regularização fundiária.

Assim, é necessário realização do levantamento ou diagnóstico ocupacional da RESEX Extremo Norte do Estado do Tocantins e a RESEX Mata Grande, objetivando identificação e conhecimento dessas propriedades, de modo a direcionar a Gestão do NGI ICMBio Imperatriz, a Gerência Regional 2 e a Coordenação de regularização fundiária do ICMBio para ter sucesso na promoção da regularização fundiária destas importantes unidades de conservação.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 - INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)

TODAS AS REGIÕES

Elaboração e implementação de Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção – PANs.

• Atividades previstas

Melhoria na conservação de espécies da fauna ameaçadas de extinção por meio da elaboração e implementação de ações previstas nos Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies de Extinção.

• Finalidade da Emenda:

Promover a conservação de espécies da fauna ameaçadas de extinção por meio da implementação de ações prioritárias previstas em Planos de Ações Nacionais para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PAN) e do aprimoramento da ferramenta.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados com execução direta: como pagamento de diárias e passagens ou com a contratação de pessoas jurídicas especializadas, mediante certame, para a execução do objeto, tais como: contratação de empresas para execução de serviços gráficos, contratação de empresa para desenvolvimento de sistemas, contratação de empresas para eventos etc.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Os PANs elencam diversas ações de manejo, pesquisa e conservação a serem executadas por múltiplos atores governamentais e não-governamentais. Atualmente cerca de 40% das ações de todo o conjunto de PANs encontra-se em execução conforme o planejado, buscar meios para garantir a implementação dessas ações constitui um grande desafio ao atingimento de resultados eficazes para a conservação.

Ação Orçamentária	20WN – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WN – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 - CUSTEIO GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos reais)

Desenvolver e operacionalizar uma plataforma digital de acesso público permanente, gratuito e equitativo a dados, informações e conhecimentos dispersos em diversas fontes públicas e privadas de dados e informações sobre temas relacionados à sociobiodiversidade associada a povos e comunidades tradicionais e unidades de conservação.

• Atividades previstas

- A. Analisar uma amostra das plataformas existentes e similares;
- B. Identificar e sistematizar fontes e conteúdos de interesse;
- C. Mobilizar parceiros;
- D. Elaborar o design da plataforma – proposta conceitual;
- E. Definir especificações funcionais e requisitos de conteúdo;
- F. Desenhar organograma, fluxogramas, interações;
- G. Desenhar grid e wireframes (rascunho da plataforma),
- H. Definir metodologia de avaliação de usabilidade,
- I. Elaborar mockups e protótipos;
- J. Validar wireframes por meio de protótipos

• Finalidade da Emenda:

Permitir o desenvolver e operacionalização prévia da plataforma digital de acesso público permanente, gratuito e equitativo a dados, informações e conhecimentos dispersos em diversas fontes públicas e privadas de dados e informações sobre temas relacionados à sociobiodiversidade associada a povos e comunidades tradicionais e unidades de conservação.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados com execução direta: como pagamento de diárias e passagens ou com a contratação de pessoas jurídicas especializadas, mediante certame, para a execução do objeto, tais como: contratação de empresas para execução de serviços gráficos, contratação de empresa para desenvolvimento de sistemas, contratação de empresas para eventos etc.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O objetivo da Rede é promover o intercâmbio de conhecimentos e experiências técnico científicas além dos saberes populares e tradicionais, criando assim aproximações entre demandas das Unidades de Conservação (UC) e expectativas acadêmicas de pesquisa, estimulando a participação dos povos e comunidades tradicionais na dinâmica da gestão e proteção dos recursos naturais e do conhecimento a eles associado.

Ao facilitar o acesso às informações já existentes sobre a sociobiodiversidade brasileira e assuntos correlatos, a RCS também fomentará a interação entre o maior número de instituições e pessoas interessadas possível, sejam elas estudantes, pesquisadores, gestores, técnicos e principalmente, os povos e comunidades tradicionais, que são beneficiários diretos dessa iniciativa para reforçar a conservação da sociobiodiversidade nas Unidades de Conservação.

A Rede constitui uma estratégia interinstitucional que tem como um dos pilares a gestão do conhecimento por meio de uma plataforma virtual, dinâmica e interativa, com capacidade de agregar iniciativas, fontes e referências diversificadas, relacionadas à temática da sociobiodiversidade em UC e outros espaços especialmente protegidos.

Diversas iniciativas para o estabelecimento de sistemas de informação, ou mesmo redes de informação sobre biodiversidade já vêm sendo tomadas, como a criação de bancos de dados locais, regionais e até mundiais, geralmente administrados por pesquisadores. Gadgil (1996) traz um destaque para o projeto People's Biodiversity Registrar (PBR) criado na Índia em decorrência das demandas da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), para registrar os conhecimentos das comunidades locais, com a intenção de proteger dados de usos e informações relacionadas à biodiversidade, coletados através da comunicação entre os detentores do conhecimento local e facilitadores, estimulando assim a possível repartição de benefícios gerados.

Esta Plataforma Digital tem o objetivo de integrar conteúdos dispersos e facilitar o acesso de pessoas e instituições a diferentes tipos de saberes, sejam eles técnicos, científicos ou populares, somando esforços e otimizando os resultados na produção, divulgação e aplicação do conhecimento na melhoria da gestão das UC e do uso sustentável dos recursos comuns nas áreas conservadas por povos e comunidades tradicionais.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 - INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)

Aperfeiçoar o processo de criação de unidades de conservação federais através da avaliação e desenvolvimento da capacidade de governança territorial dos povos tradicionais que vivem em unidades de conservação de uso sustentável e em áreas propostas para criação de unidades de conservação. Pretende-se que a avaliação desses dois universos possibilite a melhoria da qualidade de vida, o aumento da efetividade da conservação, aprimore o uso sustentável nessas áreas, aumente a prestação de serviços ambientais e propicie a inserção economicamente das cadeias produtivas desses povos no mercado.

• Atividades previstas

Estruturação e Divulgação do Sistema Informatizado de Monitoria de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – SIMRPPN.

• Finalidade da Emenda:

Estruturar e Divulgar o Sistema Informatizado de Monitoria de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – SIMRPPN através de material de divulgação, bem como a elaboração de curso de capacitação para os proprietários.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é uma unidade de conservação de domínio privado criada com o objetivo de conservar a diversidade biológica, e gravada com perpetuidade por meio de ato voluntário de seu proprietário. É a única categoria de unidade de conservação prevista no Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC) que permite a participação direta da sociedade civil no processo de ampliação das áreas protegidas no país. A grande maioria dos proprietários de RPPN criaram suas reservas com o objetivo de preservarem suas áreas em caráter perpétuo, porém outros a criam no intuito de buscar alternativas sustentáveis para o uso da propriedade.

Neste sentido, o ICMBio vem adotando mecanismos e instrumentos para gerenciar e facilitar a criação de novas RPPNs. Uma dessas medidas foi a publicação da Instrução Normativa nº 7, de 17/12/2009, que estabelece critérios e procedimentos administrativos referentes à criação de RPPN.

Outra medida tomada foi a implantação do SIMRPPN, visando apoiar e facilitar a criação, gestão e monitoria das RPPNs. O SIMRPPN trouxe diversos benefícios para a instituição e para o público usuário, sendo o mais importante deles a substituição de procedimentos antes realizados manualmente por procedimentos realizados pela internet. Ou seja, anteriormente, os proprietários rurais interessados em criar uma RPPN tinham que se deslocar até a instituição para protocolar o requerimento e os documentos exigidos pela legislação vigente. Agora, acessam a internet e solicitam a sua criação. Isso propiciou agilidade, transparência e otimização de recursos humanos e financeiros no processo de criação.

Contudo, o SIMRPPN foi implantado em 2007 e precisa ser atualizado frente às novas facilidades da Internet. Além disso, nessa nova atualização está previsto o módulo de criação, o módulo de planos de manejo e o modo de compartilhamento. Com isso, os proprietários vão criar e elaborar o plano de manejo da RPPN diretamente na Internet, totalmente on-line. Outro ponto muito inovador do novo sistema é a possibilidade de compartilhamento do sistema a todos os estados e municípios.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R \$550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais).

Ampliar a quantidade de PRIMs que abarque outras tipologias de empreendimento, ampliando o uso da ferramenta e reduzindo o risco dos impactos sobre as espécies sensíveis tanto da fauna quanto da flora.

• Atividades previstas

Ampliar a quantidade de PRIMs que abarque outras tipologias de empreendimento, ampliando o uso da ferramenta e reduzindo o risco dos impactos sobre as espécies sensíveis tanto da fauna quanto da flora.

• Finalidade da Emenda:

Abordar novas tipologias de empreendimento para gerar novos cenários de compatibilização entre a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento socioeconômico, visando à redução de impactos e minimizando a perda líquida da biodiversidade.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados com execução direta: como pagamento de diárias e passagens, contratação de pessoas jurídicas especializadas, contratação de empresas para eventos etc.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Os PRIMs fazem parte do esforço do ICMBio em analisar, objetivamente, o impacto potencial das principais ameaças à biodiversidade, para propor alternativas de conciliação entre a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento de atividades socioeconômicas. Este instrumento visa, principalmente, apoiar os processos decisórios e a gestão ambiental de cada um desses vetores de ameaça, valendo-se de ferramentas do planejamento sistemático da conservação para indicar, espacialmente, as áreas de sensibilidade para a biodiversidade. Ao sobrepor tais áreas com os níveis de exposição aos impactos potenciais na paisagem, o PRIM aponta, de forma transparente e técnica, a compatibilidade entre a conservação ambiental e atividades socioeconômicas. Essa ferramenta é capaz de subsidiar e guiar ações de empreendedores, órgãos licenciadores e de meio ambiente para reduzir o risco de extinção de espécies sensíveis a cada vetor de ameaça. O primeiro vetor de ameaça que o PRIM analisou foi o de Infraestruturas Viárias Terrestres – Plano de Redução de Impactos de Infraestruturas Viárias Terrestres sobre a Biodiversidade (PRIM – IVT)

<https://www.gov.br/icmbio/ptbr/assuntos/biodiversidade/planos-de-reducao-de-impacto/rodovias-e-ferrovias>

Este ano o Plano de Redução de Impacto de Hidroelétricas na Amazônia sobre a Biodiversidade (PRIM-HA) também foi divulgado

<https://www.gov.br/icmbio/ptbr/assuntos/biodiversidade/planos-de-reducao-de-impacto/prim-hidreletricas-naamazonia>

e mais dois estão em elaboração, o Plano de Redução de Impactos das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural sobre a Biodiversidade Marinha e Costeira (PRIM – PGMAR) e o Plano de Redução de Impactos da Mineração sobre a Biodiversidade e Patrimônio Espeleológico (PRIM - Mineração).

Embora cada PRIM tenha suas particularidades, seus objetivos específicos comuns são: (i) Identificar entre as espécies e ambientes singulares os alvos de conservação sensíveis a cada tipologia de ameaça e os níveis de sensibilidade aos diferentes impactos associados. Indicando assim um gradiente de sensibilidade da biodiversidade aos impactos potenciais oriundos de cada ameaça. (ii) Apontar áreas de compatibilidade entre a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento socioeconômico. (iii) Analisar o panorama de compatibilidade entre a biodiversidade e os empreendimentos existentes e planejados. (iv) discutir a situação das Unidades de Conservação (UC) frente à exposição de impactos potenciais promovida pelos empreendimentos. (v) definir similaridade da composição da biodiversidade sensível para indicar áreas mais adequadas para aplicação da compensação ambiental. (vi) sistematizar o conhecimento sobre as medidas mitigadoras dos impactos potenciais direcionadas aos grupos de alvos de conservação. A intenção é de ampliar a capacidade operacional para termos um maior número de PRIMs, que abarque tipologias de empreendimento que ofereçam riscos à biodiversidade e com isso indicar os locais mais apropriados para expansão das diversas atividades socioeconômicas, compatibilizando a conservação de biodiversidade sem prejuízo da expansão das atividades.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 - CUSTEIO GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos Mil Reais)

Implementação do Programa Permanente de Capacitação em Fiscalização Ambiental.

• Atividades previstas

Implementação do Programa Permanente de Capacitação em Fiscalização Ambiental por intermédio da execução de 30 cursos profissionalizantes

• Finalidade da Emenda:

Suprir as lacunas institucionais de qualificação profissional dos servidores do ICMBio para o cumprimento das funções relacionadas à fiscalização ambiental em Unidades de Conservação Federais.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na execução dos cursos elencados no Programa Permanente de Capacitação em Fiscalização Ambiental.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O exercício do poder de polícia delegado ao ICMBio na sua criação (Lei nº 11.516/07) exige da Instituição uma rápida tomada de decisão que garanta, entre outros fatores, a proteção efetiva ao patrimônio natural existente nas Unidades de Conservação federais. Nesse sentido, a estruturação de um corpo de agentes de fiscalização ambientais apto e equipado para atuar nas ações de fiscalização das Unidades de Conservação é uma das ações prioritárias a serem implementadas, sendo fundamental no processo de melhoria da proteção e no início do processo de reversão da degradação ambiental ao qual algumas Unidades estão atualmente submetidas.

Ainda, tais ações são um instrumento de política pública que visa à tomada de decisão, de forma objetiva e participativa, sobre planejamento e implementação de medidas adequadas à conservação, à recuperação e ao uso sustentável de ecossistemas.

O Programa Permanente de Capacitação em Fiscalização Ambiental - PPCFIS é um instrumento estratégico de capacitação dos servidores do ICMBio em relação aos procedimentos e técnicas da fiscalização ambiental, que considera as diretrizes institucionais, para formação de agentes de fiscalização com perfil desejado pela Instituição, de acordo com suas necessidades.

Devido às dimensões continentais brasileiras aliadas à capilaridade do ICMBio, a ausência de padronização de procedimentos, técnicas, orientações relacionadas à fiscalização ambiental é um desafio a ser superado. Ainda, as diferentes realidades regionais exigem conhecimentos e equipamentos específicos para execução satisfatória da função institucional. Nesse sentido, em paralelo às necessidades gerais, o PPCFIS propõe que o aprofundamento do conhecimento seja por temáticas específicas, conforme as necessidades e os desafios demandados pelas UCs.

Estruturado com base na demanda por competências, o PPCFIS considera as necessidades institucionais das áreas temáticas prioritárias da fiscalização; quantitativo de servidores já capacitados; o quantitativo de servidores mínimos que devem estar disponíveis para atuar nessas áreas. Com isso, a tomada de decisão, para realização dos eventos de capacitação, utiliza critérios claros e justificáveis, conforme quantidade de servidores capacitados anteriormente e competências esperadas para atendimento das necessidades do ICMBio.

Desde 2018, a COFIS/CGPRO empreendem esforços para a implementação do Programa de Capacitação, visando melhorias na qualificação, atualização e padronização dos agentes de fiscalização com conhecimentos necessários e específicos para execução cada vez mais eficiente dos objetivos de criação do ICMBio.

Desde 2018, a COFIS/CGPRO empreendem esforços para a implementação do Programa de Capacitação, visando melhorias na qualificação, atualização e padronização dos agentes de fiscalização com conhecimentos necessários e específicos para execução cada vez mais eficiente dos objetivos de criação do ICMBio. Contudo, devido à falta de recursos orçamentários, não se consegue executar o Programa de forma contínua, implicando no alcance dos objetivos a que se propõe.

Busca-se a excelência no alcance dos objetivos do PPCFIS através da formação de instrutores, criação de cursos especializados, ampliação de treinamentos práticos, formação de grupos de discussão, aquisição de equipamentos e vestimentas adequados, elaboração de material didático específico, formação de parcerias institucionais, entre outras estratégias.

O processo de aprendizagem contínuo proposto objetiva provocar mudanças nas atitudes e comportamentos dos indivíduos. Assim, o alinhamento de competências e nivelamento de conhecimento estimulam a inovação de metodologias, o aperfeiçoamento e o autodesenvolvimento.

Ação Orçamentária	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.125.6014.214P
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	125 – Normatização e Fiscalização
Programa	6014 – Prevenção e Controle do Desmatamento e do Incêndio nos Biomas
Ação	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R \$12.000.000,00 (Doze milhões de reais).

Renovação do armamento dos agentes de fiscalização do ICMBio.

• Atividades previstas

Aquisição de pistolas 9 mm, espingardas calibre 12 e outras armas longas a definir.

• Finalidade da Emenda:

Renovação do armamento dos agentes de fiscalização do ICMBio com o objetivo de melhorar as ações de fiscalização nas Unidades de Conservação Federais e segurança dos fiscais do ICMBio.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão usados na compra de armamento mediante a licitação.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Programa de Voluntariado do ICMBio busca promover a participação social na gestão socioambiental por meio de ações voluntárias realizadas em toda a estrutura do Instituto e em diversos macroprocessos. Para tanto, de modo a permitir a realização dessa ação em um órgão capilarizado como o ICMBio, bem como obter informações confiáveis, é utilizado o “Sistema de Gestão do Programa de Voluntariado” para executar todas as etapas do processo do voluntariado, quais sejam: divulgação de vagas pelas unidades organizacionais, inscrição das pessoas interessadas, seleção de voluntários e gestão do trabalho voluntário (assunção de plano de trabalho, controle de frequência e emissão de certificados).

Assim, o sistema possui interface entre o SEVOL, gestores do Programa nas unidades organizacionais e sociedade, fazendo parte do dia a dia das Unidades de Conservação que realizam atividades com voluntários.

O desenvolvimento desse sistema foi custeado pelo Ipê, por meio do projeto MOSUC (Motivação e Sucesso na Gestão de UC Federais), e realizado pela empresa Nectosystem. Atualmente, apesar do link do sistema constar no portal do ICMBio, está hospedado em um domínio próprio da NectoSystem <https://sejaumvoluntarioicmbio.nectosystems.com.br/voluntariado/login/>

Considerando que o desenvolvimento do referido sistema se encontra concluído, se faz necessário promover a migração do “Sistema de Gestão do Programa de Voluntariado” para o domínio do ICMBio, bem como a realização de manutenção evolutiva e implementação de melhorias.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 4.900.000,00 (Quatro milhões e novecentos mil reais)



Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade
Coordenação de Relações Institucionais/ Gabin
Telefone: (61) 2028 -9660
E-mail: aspar@icmbio.gov.br